

LEITE, Duarte (Porto, 1864-1950)

Professor, matemático, jornalista, político, governante, embaixador e historiador, Duarte Leite Pereira da Silva deixou uma marca metodológica indelével, a partir dos anos vinte do século XX, na renovação da historiografia portuguesa, sobretudo no que se refere aos séculos XV e XVI, e em particular no estudo das viagens marítimas e dos Descobrimentos. Consolidou as suas propostas interpretativas nas décadas seguintes de trinta e quarenta, através de uma obra dispersa e fragmentada, de que reeditou apenas uma parte em alguns opúsculos e livros. Escassos oito anos após a sua morte, em 1958, Vitorino Magalhães Godinho (VMG) (1918-2011), ciente do valor e do alcance dos seus estudos, reuniu e organizou numa coletânea de esparsos, a grande maioria dos trabalhos de história deste professor de Matemática, atribuindo-lhe o significativo título de *História dos Descobrimentos*. Sinal da influência duradoura do embaixador na historiografia, VMG dedicou-lhe, em 1965, um verbete no *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão).

Duarte Leite nasceu no Porto, na freguesia de Santo Ildefonso, a 11 de agosto de 1864, e faleceu na mesma cidade em 1950. Passou os últimos anos da sua vida em Meinedo, Lousada, onde escreveu e reviu a maioria dos seus estudos de história. De acordo com os dados genealógicos disponíveis do patriciado urbano quinhentista da cidade do Porto, as raízes familiares de Duarte Leite entroncam, muito provavelmente, na família dos Leites, cujos membros, desde meados do século XV, estiveram associados à Fazenda e à Casa da Moeda do Porto, ocupando importantes cargos na vereação da cidade e posições destacadas na vida religiosa, em funções militares no Norte de África e na exploração da costa do Brasil. Os Leite encontram-se entre as primeiras famílias daquele burgo nortenho a estabelecerem acordos nupciais com cristãos-novos abastados que dominavam as redes financeiras e de comércio, no império português e na Europa.

Filho de Rafael Leite Pereira da Silva, capitão da Marinha Mercante e homem de, e de Isabel Maria da Soledade Silva, filha de pais incógnitos, cuja paternidade é atribuída a Edwin I. Johnson, cônsul inglês, Duarte Leite contrai matrimónio a 20 de abril de 1898 com Maria Eulália Falcão, de quem teve quatro filhos.

Com a idade de cinco anos, o pequeno Duarte parte com o seu pai para o Brasil, efetuando aí os estudos primários. Regressa a Portugal em 1875, com onze anos. Prossegue a sua formação no Colégio de Maria Santíssima Imaculada de Campolide, durante dois anos (de outubro de 1875 a agosto de 1877). Tem somente dezasseis anos quando ingressa na Universidade de Coimbra, a 14 de outubro de 1880, para frequentar o Curso Geral de Matemática. Desde os seus primeiros tempos de estudante, Duarte Leite evidenciou-se como aluno brilhante, mostrando facilidade na aprendizagem de línguas estrangeiras: inglês, francês, alemão, além do latim e do grego. É premiado no primeiro ano da Universidade. Em 1881 inscreve-se na cadeira de Economia Política, na Faculdade de Direito. No ano letivo de 1882-1883 obtém novo prémio e, no último ano, é o único aluno inscrito na disciplina de Mecânica Celeste, regida pelo republicano José



Joaquim Pereira Falcão (1841-1893). Nesse último ano do curso, frequenta ainda as cadeiras de Zoologia e de Agricultura, na Faculdade de Filosofia, tendo como um dos seus professores Bernardino Machado (1851-1944). Concluídos os estudos em Coimbra, propõe-se a concurso para professor da Academia Politécnica do Porto, apresentando como dissertação *Integração das diferenciaes algébricas*, trabalho em que formulou teoremas novos e simplificou a demonstração de outros já conhecidos. Aprovado com distinção, é nomeado, por decreto de 4 de março e carta régia de 15 de abril de 1886, lente proprietário da 4.^a Cadeira (Geometria Descritiva), com apenas 21 anos. Ao longo dos vinte e cinco anos seguintes exercerá funções de docente. Em 1910 passa a lecionar a 3.^a Cadeira (Mecânica Racional). Em 1911 passou a integrar o 2.^o grupo da 1.^a Secção da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, regendo as disciplinas de Mecânica Racional, Astronomia, Geodesia, Topografia e Geometria Projetiva. Em 1918, o Conselho Escolar daquela Faculdade conferiu-lhe o grau de Doutor em Ciências Matemáticas. “*A sua linguagem era sóbria e precisa, a dicção perfeita, lógico o encadeamento do raciocínio*”, segundo um dos seus alunos, Rodrigo Sarmiento de Beires, que testemunhou a introdução, por Duarte Leite, de noções da Geometria Projetiva, que só seriam adotadas por decreto oitenta anos mais tarde.

O matemático publica os seus primeiros trabalhos — os dois primeiros enquanto aluno universitário (1882-1883) — no *Jornal de Sciencias Mathematicas e Astronomicas*, periódico fundado por Gomes Teixeira (1851-1933), um dos seus mestres. A colaboração fica-se pelos seis estudos, sobre funções integrais e derivadas, o último dos quais em 1891, em que analisa o teorema de Euler e Lambert. Voltará a publicar, vinte e quatro anos mais tarde, um novo estudo, nos *Annaes Scientificos da Academia Politécnica do Porto* (1915), em francês, sobre a determinação das órbitas dos cometas. Nas funções de embaixador de Portugal no Brasil, em 1918, voltou a abordar um tema de Astronomia na *Revista Didática da Escola Politécnica* do Rio de Janeiro, analisando o movimento de um ponto material sobre uma cónica, relativamente à segunda lei de Kepler. Por fim, no número da *Gazeta de Matemática* de 1949, no ano anterior à sua morte, publica um artigo sobre arcos de uma cónica.

Na sequência da revolta republicana do Porto de 31 de janeiro de 1891, Duarte Leite adere ao Partido Republicano Português (PRP) e integra a Maçonaria (Porto — Loja União Latina), em 1892, com o nome de «Confúcio», mas passa a coberto no ano seguinte. Colabora com Basílio Teles (1856-1923), integrando em 1896 os sessenta e oito republicanos que fundam em Lisboa o Grupo Republicano de Estudos Sociais. O Diretório do PRP sairá deste grupo. Duarte Leite fazia parte da sua estrutura política (1897-1899). Participa em comícios e assina artigos nos jornais *Voz Pública* e *A Pátria* - é fundador e dirigente deste último periódico. Participou ainda no Comité Operário da cidade do Porto, através de conferências e aulas na Universidade Livre. Nas eleições de 1906 é eleito vereador da Câmara do Porto pelo PRP, na vigência da presidência de Jacinto Magalhães (entre janeiro de 1907 e julho de 1910), mas solicita a sua exoneração por motivos de saúde.

Com a implantação da República em 1910, é eleito presidente da Assembleia Comercial Portuense e vogal do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Deixou este último



cargo para assumir a pasta das Finanças, entre 3 e 12 de novembro de 1911, num ministério presidido por João Chagas. Nomeado Presidente do Ministério, de 16 de junho de 1912 a 9 de janeiro de 1913, acumula com a pasta do Ministério do Interior. Durante o seu Governo foi enfrentada com sucesso a primeira incursão monárquica e debelado o problema das greves. Duarte Leite manteve uma postura independente perante os partidos republicanos, que resultaram da cisão do PRP. É nomeado embaixador de Portugal no Brasil, em 1914, sucedendo a Bernardino Machado. O professor de Matemática vai consolidar a relação bilateral entre as duas jovens repúblicas, num período marcado pela Grande Guerra e mais tarde pelo centenário da independência do Brasil e pela primeira travessia aérea do Atlântico Sul, efetuada por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, em 1922, a par da visita do Presidente da República, António José de Almeida ao Brasil. Duarte Leite desempenhará funções diplomáticas até 1931, altura em que regressa a Portugal e dá por finda a sua carreira política e diplomática, recusando qualquer tipo de condecorações, inclusive as inerentes ao seu cargo diplomático. Essa mesma independência de espírito, que o apartara do jogo das fações republicanas, viria a marcar a sua atitude perante os poderes instituídos e as correntes historiográficas dominantes no Estado Novo.

Em meados da década de vinte do século XX a historiografia portuguesa inicia um período de assinalada transformação. Na sequência da publicação e edição de fontes desde meados do século XIX — surgindo como pioneiro Diogo Köpke (1808 – 1844), de que se salienta o *Roteiro de Álvaro Velho* (1838), o *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde* (1841) e o *Primeiro Roteiro da Costa da Índia desde Goa até Diu*, de D. João de Castro (1843), a edição da *Crónica dos Feitos da Guiné* pelo Visconde de Santarém (1791 – 1856), em 1841, e a edição do *Roteiro da Viagem de Álvaro Velho* por Alexandre Herculano (1810 – 1877), em 1861. A estas edições devem associar-se, em boa medida por via da dinamização dos centenários de 1892, 1894, 1898 e 1915, as coletâneas documentais reunidas por Ramos Coelho (1832 – 1914) e Sousa Viterbo (1845 – 1910), as *Cartas de Afonso de Albuquerque* editadas por Bulhão Pato (1898) e, nessa esteira, já no século XX, a edição do *Esmeraldo de Situ Orbis* — a primeira em 1892, por Rafael Eduardo de Azevedo Basto (1840 – 1902), e a segunda em 1905 por Epifânio da Silva Dias (1841 – 1916)—, as obras náuticas editadas por Joaquim Bensaúde (1859 – 1952) e as crónicas de Damião de Góis (1924) e de João de Barros (1932). Devem ainda acrescentar-se a anotação do *Roteiro de Lisboa a Goa* por D. João de Castro (1882), de Andrade Corvo (1824–1890), as biografias de Vasco da Gama, da autoria de Latino Coelho (1825-1891) e Teixeira de Aragão (1823-1903), tal como as fontes inéditas dos séculos XVI e XVII (1881) por Luciano Cordeiro (1844-1900) e pelo Conde de Ficalho (1837- 1903) a obra de Garcia de Orta). Ora, a edição de todas estas fontes primárias e trabalhos vai originar um conjunto de estudos, que Oliveira Martins (1845 – 1894) inaugura com a publicação de *Os Filhos de D. João I*, em 1891, e que prossegue com Henrique Lopes de Mendonça (1856 – 1931), Moraes e Sousa (1845 – 1924), Ernesto de Vasconcelos (1852 – 1930), Vicente Almeida d'Eça (1852 – 1929), António Barbosa (1892 – 1946), Fontoura da Costa (1869 – 1940), Gago Coutinho (1869 – 1959), Armando Cortesão (1891 – 1977), e as propostas interpretativas de Jaime Cortesão (1884–1960). É neste terreno já desbravado, mas carecendo de uma avaliação científica das fontes editadas,

que Duarte Leite vai intervir.

Embora tenha protagonizado uma acesa disputa pública com Moreira Freire, entre 1896 e 1898, a propósito da autoria do quadro *Fons Vitae* da Misericórdia do Porto, Duarte Leite faz a sua estreia como historiador em 1921, na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, a convite de Carlos Malheiro Dias (1875-1941), publicista monárquico exilado no Brasil, que assumiu a coordenação e a direção artística da obra. Tratava-se de uma edição monumental, que viria a ter um impacto relevante na historiografia portuguesa e brasileira. O projeto editorial integrou o programa das comemorações do centenário da independência do Brasil e foi financiado pela colónia portuguesa aí residente. Contou com a participação de Luciano Pereira da Silva (1864-1926), Francisco Esteves Pereira (1854-1924), Jordão de Freitas (1866-1946), Paulo Merêa (1889-1977), António Baião (1878-1961), Jaime Cortesão e Henrique Lopes de Mendonça. Os trabalhos artísticos ficaram a cargo do aquarelista Roque Gameiro (1864-1935), e a edição cartográfica do Vice-Almirante Ernesto de Vasconcelos (1852-1930). Duarte Leite foi autor de três capítulos (veja-se a bibliografia ativa). Luciano Pereira da Silva, professor de Matemática da Universidade de Coimbra, considerava esses trabalhos os mais notáveis de Duarte Leite. Munido de um saber matemático e de uma consistente cultura científica, o professor do Porto propunha novas abordagens na análise das viagens marítimas dos séculos XV e XVI, através de uma crítica sistemática dos textos e documentos, para aferir todos os dados disponíveis, recorrendo em seguida aos cálculos matemáticos e astronómicos, e passando pela análise da geografia física, da cartografia e de qualquer outro testemunho que pudesse fornecer informações.

No capítulo “Os falsos precursores de Álvares Cabral” (1921), o matemático concluiu que os portugueses foram os primeiros navegadores europeus a chegar às costas brasileiras. Desmontava, assim, os argumentos que sustentavam as prioridades no descobrimento do Brasil por parte dos navegadores espanhóis e italianos, em particular de Vespúcio, pretensão até então aceite sem contestação. O historiador italiano da ciência Aldo Mieli reduziu-a a diatribes contra Vespúcio, ao passo que Alfredo Pimenta (1882-1950), um dos seus críticos, a defendeu expressamente. As conclusões apoiavam-se num raciocínio lógico e na crítica dos registos (narrativos e diplomáticos), no confronto da documentação manuscrita com as crónicas, recorrendo abundantemente à cartografia para identificar topónimos, aquilatar distâncias e estabelecer datas. Afastava desse processo a defesa das “glórias” nacionais.

Duarte Leite revelava uma premissa que se tornaria de certo modo decisiva na renovação da historiografia portuguesa ao longo do século XX: o rigor, a crítica externa e interna das fontes, a convocação de outras ciências e áreas do saber, nomeadamente a cartografia, a topografia, a geografia, a meteorologia ou a astronomia, para alcançar novas interpretações. É nesse âmbito que efetua o primeiro estudo sistematizado do planisfério de Cantino (1923). O seu contributo original consistiu em datar essa importante carta por crítica interna: confrontando os topónimos e notícias debuxadas no interior do espécime com as datas de partida e regresso das armadas portuguesas, datando a sua execução de outubro de 1502.

O alargamento dos temas de estudo e a revisão das cronologias, com enfoque nas viagens marítimas no Atlântico Sul (séculos XV-XVI), a introdução de problemáticas inéditas, com realce para a componente



técnica da história das navegações, recorrendo reiteradamente à matemática, à geografia e à astronomia, foi um percurso traçado e percorrido por Duarte Leite desde os seus primeiros estudos.

Quando cessou as funções diplomáticas, em 1931, o embaixador retomou os seus trabalhos historiográficos. Logo nesse ano publica *Descobridores do Brasil*, reunindo os artigos que dera à estampa no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* e na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (vol. I), agora providos de novo aparato crítico e documental, aos quais acrescentava elementos inéditos sobre Duarte Pacheco Pereira, tido por suposto descobridor do Brasil, e de Américo Vespúcio, reconhecendo que a obra contrariava as "opiniões assentes por autores consagrados" (Prefácio, p. 6). Nas duas décadas seguintes produz uma obra prolixa, fortemente crítica e revisionista das leituras historiográficas dominantes – uma história erudita e documental, com ausência de problemática, que se ficava pelo acontecimento, pelo registo e reprodução dos factos que a documentação revelava - publicada em artigos de jornais, especialmente n' *O Primeiro de Janeiro*, e em revistas, como o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, a *Biblos — Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, a *Revista da Universidade de Coimbra* e, com particular relevo, na *Seara Nova*.

Partindo das fontes disponíveis, Duarte Leite reavalia algumas das matérias da História dos Descobrimentos: «a vida e o saber do infante D. Henrique»; a «erudição de Gomes Eanes de Zurara»; a «teoria do sigilo»; o «Plano das Índias» que era atribuído ao infante D. Henrique; «a Cruzada do infante D. Henrique»; «o nascimento da navegação astronómica»; a História da Cartografia; a “prioridade no descobrimento do Brasil”. Mereceram ainda o seu interesse, a nacionalidade de Cristóvão Colombo e a castidade do infante D. Henrique, duas temáticas que se esforçou por desmistificar, em contracorrente com os argumentos do nacionalismo romântico e da hagiografia patriótica que vigoravam nesses anos. Uma parte da obra historiográfica de Duarte Leite assume a forma da recensão crítica, em réplica ao trabalho de outros autores. A obra de Duarte Leite adquire, desta forma, uma feição predominantemente dialógica e polémica, construída no confronto com Joaquim Bensaúde (1859-1952), Jaime Cortesão, Costa Brochado (1904-1989), Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1902-1984), e é sobretudo nesse exercício de contestação metódica que reside o seu contributo decisivo para a refundação metodológica da História dos Descobrimentos.

Duarte Leite renova profundamente os estudos sobre o infante D. Henrique, desconstruindo os alicerces em que assentava a sua imagem consagrada. «A sabedoria do Infante», «A Escola de Sagres» (1933), «Acerca da Crónica dos feitos da Guinee» (1941) e «O Plano da Índia e os nossos escritores» (1942), foram textos que abriram uma nova visão da época henriquina e serviram de esteio aos trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque (1917-1992), Teixeira da Mota (1920-1982) e Peter Russell (1913-2006), que viriam a confirmar o seu ceticismo quanto a um “plano henriquino” e a um “sigilo” sistemáticos. Porém, por destoarem da ortodoxia nacionalista então dominante, os seus trabalhos foram violentamente atacados na sua orientação metodológica — sobretudo quando empreendeu uma análise crítica minuciosa das crónicas e demais fontes dos séculos XV e XVI, da autoria de Gomes Eanes de Zurara, Duarte Pacheco Pereira, Damião de Góis e João de Barros, que tinham construído uma imagem do infante D. Henrique. O

historiador refutava, numa postura inédita para o seu tempo, os autores que, ao escreverem as suas crónicas numa época em que as armadas partiam rumo ao Índico, retratavam um Infante que projetara atingir a Índia. Concluía, também, não ter fundamento defender a existência de uma «Escola de Sagres», ao demonstrar a frágil cultura científica do infante D. Henrique, para concluir que os navegadores henriquinos não se encontravam familiarizados com a navegação astronómica.

Opunha-se Duarte Leite a Joaquim Bensaúde, na definição de uma imagem do Infante de Sagres como herói e asceta que se desinteressava do comércio. Bensaúde ateu-se às conceções do «plano da Índia» e do «espírito de cruzada» do Infante — ideias amplamente defendidas nas suas obras *Origines du Plan des Indes* (1929) e *A Cruzada do Infante D. Henrique* (1942) — segundo as quais, perante o bloqueio muçulmano (turco otomano) das rotas do Levante e do Suez, buscava contornar África para atacar o Islão pela retaguarda e restabelecer uma aliança com o Preste João. Estas teses tiveram larga difusão na historiografia portuguesa e internacional dos anos trinta a cinquenta, num contexto de nacionalismo imperial.

O professor de Mecânica Racional ao criticar o edifício teórico de Joaquim Bensaúde, procurou demonstrar a argúcia política e o lado prático e pragmático de D. Henrique (1394-1460). Nessa perspetiva o filho de D. João I distinguia-se por um notável discernimento administrativo e uma apurada intuição mercantil, orientando a sua ação na canalização, para a sua Casa, dos proventos do comércio da costa africana. Nos seus empreendimentos manifestavam-se “pertinácia e sagacidade política, mas não obcecação religiosa”. Sem negar que o combate aos muçulmanos ou a conversão dos infiéis integrassem o horizonte ideológico da expansão henriquina, sustentava que animavam o Infante, “com igual e direi até com maior solicitude [...] fecundos propósitos utilitários”, plenamente compatíveis com os interesses da fé. Reconhecia, contudo, o carácter deliberadamente polémico desta interpretação, observando que o seu retrato do Infante era “tão diverso do de Bensaúde que os diríamos inspirados em conceitos opostos, este idealista em extremo, aquele francamente materialista”, admitindo, ainda assim, que “a verdade está porventura num meio-termo”. Releve-se que o retrato pragmático e mercantil do Infante fixado por Duarte Leite contrastava com a hagiografia de João Ameal (1902-1982), para quem a História era determinada pelos grandes homens, e assim por ação de D. Henrique ‘Portugal nasceu pela segunda vez’.

Em convergência com Veiga Simões (1888–1954), Duarte Leite rejeitava a suposta incompatibilidade entre a tradicional vocação guerreira da nobreza e a sua crescente participação em atividades económicas, identificando, precisamente, o infante D. Henrique como o principal impulsionador dessa transição para um capitalismo comercial. Divergia, todavia, de António Sérgio (1883–1959) e de Vitorino Magalhães Godinho, recusando a ideia de que a conquista de Ceuta se explicasse pelo acesso aos circuitos de exportação de cereais e ouro. Para o embaixador, o elemento decisivo residia, de facto, na posição geoestratégica da cidade, que poderia servir de base naval privilegiada para o curso e um ponto de controlo das rotas marítimas que articulavam o Mediterrâneo com o Atlântico.

Em estudo dedicado à *Crónica dos Feitos da Guiné* (1941), o professor de astronomia identifica, expõe e cita uma larga relação de omissões, erros e contradições. Uma das mais evidentes são as quatro datas

diferentes para o início das tentativas de passagem do cabo Bojador; identificou os erros das distâncias indicadas na Crónica: das sessenta e duas mencionadas, somente sete são verificáveis, e mesmo nestas há erros de 22% a 58%, se comparadas com as mesmas distâncias inseridas no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira. No jornal *O Diabo* (Lisboa, Ano II, n.º 142, de 14 de março de 1937), referindo-se a Gomes Eanes de Zurara, defende: “Efetivamente a sua sabedoria livresca, muitas vezes de segunda mão, é de tomo limitado, e nula a geografia, que o Visconde [de Santarém] proclamou vasta”. O alcance deste exercício de crítica textual só se mede à luz da natureza do texto que Duarte Leite submetia a exame. Concluía que a *Crónica dos Feitos da Guiné* foi escrita por encomenda do próprio D. Afonso V e apoiou-se, em larga medida, nas recordações do infante D. Henrique sobre os seus próprios feitos, sendo ao mesmo tempo a fonte contemporânea mais completa sobre da época henriquina e um texto declaradamente laudatório. Ao isolar sistematicamente os seus erros e contradições, Duarte Leite não pretendia apenas emendar uma crónica: queria libertar a história dos Descobrimentos da sua fonte fundadora, obrigando a que cada afirmação sobre o Infante fosse verificada e não simplesmente herdada. Não é indiferente que esta posição tenha partido de um matemático, num período em que as próprias bases da matemática e da física estavam a ser postas em causa — a geometria não-euclidiana e a nova lógica a comprometer a evidência dos axiomas, a experiência de Michelson-Morley e as descobertas de Planck a minar a mecânica newtoniana. Duarte Leite não partilhava do relativismo dessas ciências, mas recusava, à semelhança destas, a herdar os fundamentos sem os pôr à prova.

A crítica a Zurara envolveu Duarte Leite numa das suas polémicas mais acérrimas, travada com Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Num estudo de 1926, na revista coimbrã *Biblos*, Costa Pimpão sustentara que Gomes Eanes de Zurara escrevera não uma, mas duas obras distintas — uma *Crónica* ou *Livro dos feitos do Infante D. Henrique* (o «Panegírico») e a *Crónica dos Feitos da Guiné* —, tese que Duarte Leite viria a acolher e desenvolver em “Acerca da «Crónica dos feitos de Guinee»” (1941). Avançando pela análise codicológica, concluiu que a *Crónica*, “começada em vida do infante D. Henrique, foi acabada depois de sua morte em 1460, e não em 1453”, e que o escrito laudatório aludido na carta-dedicatória a D. Afonso V era peça distinta da *Crónica*, ainda que nela sobrevivessem transcritos trechos ou capítulos seus. Sobre a datação e a autoria houve convergência; a discórdia — que Pimpão não poupou em críticas pessoalizadas, aludindo à “tática” diplomática do crítico de “ir isolando os adversários para os abater mais facilmente” — incidia na interpretação do pensamento de Zurara: enquanto Pimpão, próximo de Joaquim Bensaúde, lia a empresa henriquina como “uma conquista, uma cruzada contra o Mouro”, o matemático recusava essa leitura, que a seu ver escamoteava o “proveito” material.

Coisas de vária história, livro publicado em 1941, recolhe textos dos anos imediatamente anteriores. Esse ano baliza a produção historiográfica de Duarte Leite, fruto do labor na década anterior. Naquela edição, a juntar aos textos que tratam das prioridades do descobrimento dos arquipélagos atlânticos, da presença portuguesa na América do Sul antes de Colombo e da «economia do açúcar madeirense», é compilado um conjunto de artigos, saídos da sua pena na *Seara Nova*, durante os meses de fevereiro e março desse ano,

que analisam e criticam o modelo explicativo de Jaime Cortesão (*Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*), que este autor apresentara no Congresso do Mundo Português, em 1940, e que via nos Descobrimentos a execução de um plano estratégico traçado desde o tempo do infante D. Henrique rumo à Índia, a coberto de uma deliberada «política de sigilo».

Ainda nesse ano de 1941, reedita em livro *Os Falsos Precursores de Álvares Cabral*. O acolhimento favorável desta obra contrastava com a rejeição de outros textos seus, nos quais contestava a narrativa dominante de glorificação patriótica e submetia cada tese arvorada à exigência de prova documental, recusando conjecturas infundadas.

Duarte Leite contestou a «teoria do sigilo», protagonizando um dos episódios mais duradouros do seu confronto com Jaime Cortesão. No apêndice «O sigilo nacional dos descobrimentos», incluído em “Acerca da «Crónica dos feitos de Guinee»” (1941, pp. 191-234), contestou a ideia de que a Coroa portuguesa tivesse imposto, desde o tempo do Infante D. Henrique, uma política deliberada e sistemática de sigilo de Estado sobre as rotas e descobertas marítimas. Essa “teoria” projetava sobre o século XV uma racionalidade de Estado moderna e anacrônica, sem sustentação documental sólida: os silêncios das fontes explicavam-se, no seu entender, por outras razões: a escassez dos meios de registo e de divulgação da época, e não por uma estratégia de sigilo deliberadamente concertada.

Uma carta de Joaquim de Carvalho (1892-1958) enviada a Alfredo Pimenta datada de 19 de outubro de 1934, dá notícia de um projeto de História da Cultura Portuguesa que planeava dirigir em colaboração com Duarte Leite e Hernâni Cidade, que não chegaria a concretizar-se, mas que testemunha o lugar que o professor do Porto ocupava no meio erudito coimbrão. Aliás, a correspondência trocada com Joaquim de Carvalho entre 1933 e 1944 — vinte e nove cartas hoje conhecidas — permite acompanhar de perto o método de trabalho do historiador nos seus últimos anos de vida e confirma o alcance da sua formação científica. Nessas missivas, de forma humilde, confessa ignorar certas matérias, reconhece que “a verdadeira erudição é lenta de adquirir”. É igualmente neste epistolário que se documenta a autoridade do professor de astronomia no domínio da história da ciência náutica: convidado por Joaquim de Carvalho a rever as provas da tradução e das anotações do *De Crepusculis* de Pedro Nunes — o segundo volume das Obras de Pedro Nunes publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa (1943) —, o antigo lente de geometria projetiva sugeriu correções em matéria matemática e astronómica e não hesitou em relativizar a obra que revia: “creio que o *De Crepusculis*, por muito que eu o admire, não me parece capital na história da astronomia, o que já não sucede ao *De revolutionibus* de Copérnico, publicado um ano depois do livro português”. Nas mesmas cartas fundamentou a sua leitura de Zurara — cronista que considerava pouco escrupuloso e plagiário — e reafirmou a sua convicção de que não havia testemunho da alegada cultura científica do Infante “no que respeita às três artes liberais dependentes da matemática”.

A formação de matemático possibilitou a Duarte Leite uma interpretação própria acerca da origem da navegação astronómica. A questão fora colocada por Joaquim Bensaúde, que em “L’astronomie nautique au Portugal à l’époque des grandes découvertes” (1912)- demonstrara, contra a argumentação de Humboldt, que

as tábuas náuticas portuguesas não derivavam das *Ephemerides* de Regiomontano, mas do *Almanach perpetuum* de Abraão Zacuto, traduzido do hebraico por Mestre José Vizinho e impresso em Leiria em 1496 — argumento apoiado na comparação das obliquidades da eclíptica adotadas em cada uma das “escolas” de cosmografia (ibérica e alemã). Reconhecia a Bensaúde o mérito de ter estabelecido a origem ibérica do “nosso saber náutico”. Estas matérias — instrumentos náuticos, regimentos do astrolábio e do quadrante, tábuas de declinação solar — eram partilhadas e discutidas com oficiais da Marinha que então renovavam a história da náutica, com relevância para o comandante Abel Fontoura da Costa (1869-1940), autor da *Marinharia dos Descobrimentos* (1933), e de Gago Coutinho que — através da sua experiência prática da navegação astronómica extraiu argumentos para a interpretação histórica — associaria a essa tradição de estudos náuticos ao professor portuense, salientando que “escrevia mais como homem do mar do que como homem da Academia”. Nesta renovação da história naval dos anos trinta, destaca-se de igual forma patente a obra de António Barbosa (1937-1939) e o *Arquivo Histórico de Marinha* (1933-1936), que, com um único volume publicado em quatro números, sob a direção de Raúl César Ferreira (1895?-1945) e secretariado de Frazão de Vasconcelos (1889-1970), visava divulgar documentação inédita para integrar os Descobrimentos no movimento do Renascimento. Contou com colaboradores como Fontoura da Costa, Gago Coutinho, Armando Cortesão e Jaime Cortesão. No estudo “Lendas na história da navegação astronómica em Portugal” (*Biblos*, 1950), Duarte Leite realizou o balanço crítico desses contributos, separando o plano documental do mito henriquino. Para o autor, o método de cálculo da latitude pela altura solar, recorrendo ao astrolábio e às tábuas de declinação, só teve início a bordo com a intervenção de José Vizinho e de outros astrólogos, o que fixa o surgimento da navegação astronómica inequivocamente em 1485, no reinado de D. João II.

Os historiadores e intelectuais próximos do regime não poupavam nas críticas às posições e ao pensamento de Duarte Leite. Com destaque para Idalino Ferreira da Costa Brochado, um dos mais inflexíveis defensores de uma história assente nos feitos nacionais, sustentava que as posições do embaixador eram incompreensíveis, e suscitavam, no seu entender, graves perturbações entre os jovens investigadores que se dedicavam à História dos Descobrimentos. Alertava, dessa forma, para o perigo de um retrocesso historiográfico que reabilitasse as teses de Humboldt e seus discípulos — teorias que, no entender de Brochado, haviam sido definitivamente refutadas pelas obras do Visconde de Santarém, Luciano Pereira da Silva e Joaquim Bensaúde. Jaime Cortesão reconhecia a erudição e o rigor documental de Duarte Leite, mas criticava a transposição rígida dos métodos das ciências exatas para a narrativa histórica, marcada, no seu entender, por um «hipercriticismo» de cariz negativista e pautada por uma acidez polémica que afastava a dimensão humana e social da História. Não obstante algumas reservas metodológicas — salientava o carácter fragmentário e por vezes contraditório dos seus estudos —, Jaime Cortesão reiterava o valor científico e a profundidade da obra de Duarte Leite. Concluía que a sua capacidade de formular problemas e expor incertezas, em vez de oferecer respostas dogmáticas, tornara-se fundamental para abrir novas vias ao espírito científico e ao progresso da historiografia portuguesa.

Para Duarte Leite, numa sociedade dominada por um Estado que promovia a reivindicação de heróis e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

das conquistas nacionais, que disputava as prioridades com outros Estados-império, os verdadeiros êxitos dos Descobrimentos deviam antes atribuir-se à ciência e à técnica do que a desígnios messiânicos. Quando eram deste modo dominantes as leituras do passado com uma forte componente política e ideológica, Duarte Leite procurou rever as propostas historiográficas e as cronologias dos descobrimentos portugueses e espanhóis, com base na documentação disponível, na crítica rigorosa das fontes, na análise filológica dos textos, no estudo da cartografia e da náutica. Seguiu um raciocínio semelhante à demonstração matemática, ao formular hipóteses, testar a veracidade dos documentos e eliminar as contradições, aceitando apenas as conclusões sustentadas pelas fontes. Era da opinião que o valor da ciência residia na dissipação da ignorância e na busca da verdade (“Terá falido a Ciência?”, *O Primeiro de Janeiro*, 27-06-1945).

Bibliografia ativa: LEITE, Duarte, “Os falsos precursores de Álvares Cabral”, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, direção e coordenação literária de Carlos Malheiro Dias, Volume I, Porto, Litografia Nacional, 1921, pp. 105-228; “O mais antigo mapa do Brasil”, in *ibidem*, Volume II, Porto, Litografia Nacional, 1923, pp. 223-281; “A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI”, in *ibidem*, Volume II, 1923, pp. 391-440; *Descobridores do Brasil*, Porto, Livraria Lello, 1931; “A Divisória de Tordesilhas segundo Duarte Pacheco Pereira”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 58.^a série, n.º 9-10, setembro-outubro, 1940, pp. 337-350; *Acerca da «Crónica dos feitos da Guinee»*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1941; *Coisas de vária história*, Lisboa, Seara Nova, 1941 (recolha de artigos publicados em 1939-1941 n.º O Primeiro de Janeiro e na Seara Nova); “Um crítico da Crónica da Guiné”, *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XV, pp. 1-32; «Lendas na história da navegação astronómica em Portugal», *Biblos*, Coimbra, Vol. XXVI, 1950, pp.413-430; *História dos Descobrimentos: coletânea de esparsos*, introdução de Gago Coutinho, organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Edições Cosmos, 1958-1962, 2 volumes.

Bibliografia passiva: BIEDERMANN, Zoltán. Duarte Leite (1864-1950). In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Coord.). *Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2012. p. 99-111; CORTESÃO, Armando, “Duarte Leite”, In *História da Cartografia Portuguesa*. Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969, vol. 1, p. 55; CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1978-1979. 3 vols.; GODINHO, Vitorino Magalhães, “Duarte Leite. Balanço de uma obra”, estudo final in LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos: coletânea de esparsos*, Vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960; Idem, “Leite, Duarte” in *Dicionário de História de Portugal* (direcção de Joel Serrão), vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 696-699; LEITE (Duarte). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. 14, pp.876-877; MOTA, Avelino Teixeira da. Apêndice: Os mapas de Maiollo e a questão vespuciana. In LEITE, Duarte. *História dos Descobrimentos: colectânea de esparsos*. Organização de Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1959. Vol. 1, pp. 681-683 [SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Historiografia dos Descobrimentos através da correspondência de alguns dos seus vultos*:



Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004 (com a secção «O Astrónomo-Historiador Duarte Leite» e as cartas de Duarte Leite a Joaquim de Carvalho, pp.111-151); MAGALHÃES, Pedro, *Duarte Leite (1864-1950)*, Lousada, Câmara Municipal de Lousada, 2014.

Carlos Manuel Baptista Valentim



APOIOS:



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

